

GLÁUCIA BARATELI GOMES DE LÉO

**ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E
ATIVIDADES LÚDICAS NAS AULAS**

PUC-SP

COGEAE

2015

GLÁUCIA BARATELI GOMES DE LÉO

**ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E
ATIVIDADES LÚDICAS NAS AULAS**

Monografia apresentada para Banca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como finalização do curso de Especialização em Ciências da Religião, sob a orientação da Profa. Ms. Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser.

PUC – SP

COGEAE

2015

BANCA

Prof. Dr. Afonso M. L. Soares

Prof. Dr. Fernando Altemeyer Júnior

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força para superar as dificuldades de saúde enfrentadas nos últimos anos, por minha vida, ao meu esposo Marco Antônio, pela paciência, apoio e incentivo, aos meus amados pais, pela minha formação e educação, a minha querida irmã e meu querido cunhado, pelo apoio e meus queridos amigos, pelo incentivo.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela oportunidade de fazer o curso.

À minha orientadora, Profa. Ms. Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pela paciência, pelas suas correções e incentivos.

Ao coordenador do curso, Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira, pelo seu apoio e empenho ao me dar uma segunda chance.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Façamos da interrupção um caminho novo. Da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro!”.

(Fernando Sabino)

RESUMO

O presente trabalho visa apontar os desafios que o professor enfrenta na prática do Ensino Religioso e a importância de atividades lúdicas por meio dos jogos nas atividades escolares. Apesar de estar incluído no currículo das escolas brasileiras e ter conquistado um espaço ainda que tímido, o Ensino Religioso não é obrigatório. A reflexão se faz presente principalmente nos dias atuais, quando vemos que os educandos carecem de orientação familiar, respeito ao próximo e suas diferenças. A proposta pedagógica por meio do lúdico visa conscientizar os alunos a adotarem comportamentos baseados em valores culturais, morais e sociais. Quando a criança entende a situação concreta criada pelo educador, ela agirá e assimilará uma nova atitude que se revelará em comportamento com novas habilidades, refazendo os conceitos alterados com que ela convivia anteriormente. O lúdico tem se mostrado um facilitador no processo de ensino-aprendizagem. Cabe ao educador, portanto, incentivar o Ensino Religioso por meio do lúdico para que ele obtenha de seus alunos um comportamento saudável e duradouro.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Religioso, Lúdico, Desafios, Diferenças, Criança, Incentivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - OS DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO	14
I.1. O Ensino Religioso no Brasil – breve histórico.....	14
I.2. A Legislação Brasileira, comentários e sugestões práticas do Ensino Religioso.....	15
I.3. Quais são os maiores desafios da prática do Ensino Religioso.....	21
CAPÍTULO II - O LÚDICO OU A LUDICIDADE COMO UMA FERRAMENTA FACILITADORA NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	23
II.1. Conceito sobre ensino-aprendizagem.....	23
II.2. O ensino-aprendizagem e o lúdico.....	24
II.3. O lúdico na aprendizagem e sua importância pedagógica.....	27
II.4. Rituais e brincadeiras auxiliares do processo educativo.....	30
CAPÍTULO III - O LÚDICO NO ENSINO RELIGIOSO - UMA PROPOSTA.....	32
III.1. O Ensino Religioso e o símbolo aliado ao pedagógico.....	32
III.2. De que forma o professor pode objetivar o Ensino Religioso.....	32
III.3. Atividades do Ensino Religioso praticados em sala de aula.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

INTRODUÇÃO

Há décadas, o ensino/aprendizagem no método tradicional tinha como metodologia o ato de transferir conhecimento. O professor, que era o portador desse conhecimento, limitava-se apenas a repassar tais conhecimentos, e aos alunos cabia a tarefa de decorá-los. Destaca CARNEIRO (2012, p. 02) que, esse entendimento fere frontalmente os princípios educativos de Paulo Freire que acreditava que *“o ato de ensinar vai muito além de transferir conhecimento; o professor deve apresentar a seus alunos a possibilidade para a construção e a produção de seu próprio saber”*.

Esta afirmativa tem crédito se for considerado que os professores de uma instituição educacional não tem o direito de limitar os seus alunos, muito ao contrário, eles devem conduzi-los a refletir e discutir o tema, além do passivo. Esta prática de desenvolvimento do aluno está diretamente ligada com sua formação enquanto pessoa participante de uma sociedade heterogênea, principalmente no Brasil, cujos problemas sociais são gritantes no que se refere à desigualdade, violência, racismo e ética.

Quando o educando simplesmente recebe passivamente os conhecimentos, ele pode se transformar apenas num *“depósito do educador”*. *“Educa-se para arquivar o que se deposita”*. No entanto, é preciso considerar seriamente que *“o arquivado é o próprio ser humano, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, torna-se uma peça”* (JUNQUEIRA, 2009, p. 247).

A formação dos professores, na década de 1970, pautava-se em uma racionalidade estritamente técnica. Na década de 1980, o professor começou a adotar uma postura de transformador da sociedade. Nas últimas décadas, a tônica é formar professores que sejam pesquisadores, conscientes da sua identidade docente, reflexivos e responsáveis. (KRONBAUER e SIMIONATO, 2011).

No campo da disciplina do Ensino Religioso, a questão da educação torna-se ainda mais complexa porque a religião está dentro de um campo de forças solidamente cultural e politicamente instituído no formato tradicional da sociedade, dificultando a construção de uma nova visão reflexiva como *“proposta de mudança institucional”* (PASSOS, 2007, p. 61 e 70). Destaca o autor que a missão de educar se firma como um *“valor sustentado por uma visão transcendente do ser humano”*. Ressalte-se que o educador que vai discorrer nesta área,

deve conhecer profundamente as Tradições Religiosas para que possa compreender o fenômeno religioso desde as raízes orientais, ocidentais e africanas.

A trajetória do Ensino Religioso no Brasil possui diferentes concepções de religião do latim, *'religio'* que deu origem aos verbos: reeligere (re-escolher), religare (re-ligar) e relegere (re-ler). Dessa forma pode-se obter melhor compreensão sobre a significação e origem do Ensino Religioso desde os tempos remotos no Brasil até atualmente (OLIVEIRA, 2012, p. 21). O conceito de reeligere (reescolher) tinha como finalidade fazer seguidores e trazia os princípios caracterizados pela catequese, aula de religião, ensino bíblico e vários conhecimentos gerais sobre os elementos da religião.

O termo religare (religar) tem o sentido de religar a pessoa consigo mesmo, com outros, com a natureza e Deus, incentivando nelas a religião. Nos anos 80, o Ministério da Educação com a Lei 5.692/71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), caracterizou o Ensino Religioso como pastoral, com aula de ética e valores cujo conhecimento tinha uma formação antropológica da religiosidade. A partir de 1995, com o advento do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), foi criada uma nova concepção sobre o tema com melhor compreensão sobre o termo relegere (reler) que identifica o fenômeno religioso como inserido no contexto da realidade sociocultural. Essa compreensão do estudo do fenômeno religioso foi sendo transmitida com entendimento dos fundamentos principais desse fenômeno.

É importante ressaltar que o Ensino Religioso durante muitos anos teve um caráter catequético e doutrinal nas instituições educacionais do país. Esta atitude fez com que se criasse certo preconceito e rejeição para com esta disciplina, tanto da parte do aluno como do professor, enquanto que, hoje em dia, quando a diversidade cultural e religiosa está bem mais presente na sociedade, tanto no trabalho quanto no espaço escolar, o tema do Ensino Religioso é ignorado e muitas vezes até desprezado por preconceitos e fanatismos. Chega a ser inadmissível este procedimento quando vemos que *“o ser humano é um ser de relações que interage com outros seres, com a natureza, com o Transcendente em diferentes espaços e ambientes”* (OLIVEIRA, 2012, p. 20).

Ao mesmo tempo, é preciso salientar que os profissionais docentes da área são escassos por se tratar de uma ciência religiosa restrita e com poucos incentivos. O Ensino Religioso precisa ser planejado e estudado com atenção observando a linguagem, os assuntos adequados à idade e série da turma. As atividades desenvolvidas na escola devem objetivar a

socialização não somente dos conhecimentos religiosos claramente elaborados como também o direito às diferenças existentes na construção das estruturas religiosas cada uma com o seu valor próprio.

Atualmente, no mundo, vêm acontecendo rápidas transformações na comunidade nacional e internacional trazendo mudanças significativas *“sobre a visão da infância, concepção de educação e seu âmbito de abrangência que agora passou a ocorrer também fora dos muros escolares e em diferentes perspectivas”*. Neste contexto surgiram inúmeros tipos de trabalhos educativos que são realizados por Organizações Não Governamentais, Ações Comunitárias, Educação de Jovens e Adultos, Ações Afirmativas, atividades no Terceiro Setor e até mesmo por Pedagogia Hospitalar (PÉREZ-RAMOS e OLIVEIRA 2010, p. 173).

O universo da ludicidade é apaixonante, e foi na graduação e licenciatura plena em Educação Física que pude mergulhar neste mundo. Perceber a empolgação das crianças no momento de um jogo e ver o interesse delas foi o que me motivou a utilizar o lúdico como ferramenta facilitadora do processo de ensino/aprendizagem no Ensino Religioso. Meu ingresso nesta disciplina foi por meio da experiência como integrante de grupo de jovens de uma Paróquia Católica, que sempre utilizou dinâmicas para a introdução de um assunto ou mesmo para uma reflexão.

Após minha formação acadêmica, fui convidada a lecionar em um colégio católico, que é administrado por uma Congregação de Irmãs, chamado Colégio dos Santos Anjos, como professora dos cursos extracurriculares: natação, hidroginástica e dança. Por ser um ambiente familiar, e por estar inserida na religião, não demorou muito tempo para que eu começasse a participar das ações da Pastoral Escolar. Com o meu engajamento, as irmãs perceberam a minha experiência como leiga dentro da Igreja, e me convidaram para conhecer a disciplina de Ensino Religioso, que, até então, era um universo desconhecido, e me ofereceram quatro turmas do Ensino Fundamental I para uma experiência. Confesso que o receio era grande, mas, ao mesmo tempo a indagação: Por que não tentar?

Com o passar do tempo, fui adaptando as dinâmicas e brincadeiras do grupo de jovens para a sala de aula e as turmas foram aumentando, Ensino Fundamental II e, em minha opinião, o maior desafio, o Ensino Médio, pois pude perceber o descaso e a falta de interesse dos alunos e muitas vezes dos próprios educadores de outras áreas de conhecimento, que não consideravam o Ensino Religioso como uma “disciplina”, como outra qualquer, com a mesma

importância. Então, percebi a necessidade de uma formação específica nesta disciplina. A princípio, seria a pós-graduação em Ensino Religioso, mas, ao pesquisar muito sobre o assunto, e analisar algumas grades curriculares, optei pelas Ciências da Religião.

A cada aula, a cada semana, fui me apaixonando pelo curso e o conhecimento adquirido foi determinante para o sucesso do meu trabalho. A mudança de comportamento dos alunos, dos educadores e da própria equipe de gestão escolar foi gratificante.

O Ensino Religioso por meio do Lúdico deve ser entendido como um processo de construção saudável que acontece através de uma crescente sociabilização. O processo deve seguir as fases principais no qual a criança primeiramente aprende quem é e quem pode vir a ser, tornando-se, no futuro, um ser social, ético, histórico e cultural que pode fazer parte integrante e ativa de grupos interligados, tais como a família e a escola, respeitando as diferenças.

Nesse processo, os ritos são muito importantes para a criança, porque estão ligados aos instintos básicos do ser humano que são manifestados em situações aliadas à sobrevivência. Como exemplo, temos a forma da comunicação que se apresenta com características já codificadas e decifradas facilmente por seus familiares e afins. Esta assimilação permite que a mensagem transmitida seja por meio da sequência de movimentos do corpo, posturas e sons. Ao serem compreendidas as mensagens *“são também por eles respondidos de forma complementar e também cifrada, assegurando a formalização do ato”* (OLIVEIRA, 2006, p. 16).

À medida que a criança vai se desenvolvendo, ela conseguirá suportar e lidar melhor com as situações, mudanças, imprevistos e conflitos em sua trajetória de vida. Esta sensação de segurança é porque ela *“mantém claro e forte dentro de si o sentido de que algo permanece, de que algo continua. Essa sensação de segurança e de continuidade se ancora no poder reencontrar o que já viveu”* (OLIVEIRA, 2006, p.17). Esta certeza de reencontro configura a sensação da criança pertencer a algo que perdurará por toda a sua vida preservando a sua identidade sociocultural.

Segundo BOMTEMPO et al (2015, p. 92), as circunstâncias vividas no ambiente da criança, podem motivar ou favorecer determinadas brincadeiras e *“não invalida a hipótese de que a criança leva para o brincar o que é significativo para ela, seja aderir à imagem de um adulto que admira ou mesmo teme, ou o que a surpreende e intriga ou o que deseja ou o que*

a inquieta, amedronta, ou a faz sofrer”. Assim, vê-se que as determinações subjetivas e objetivas do ato de brincar podem se combinar em graus diversos conforme as circunstâncias.

Na prática educativa do Ensino Religioso, é preciso combater fortemente a questão do fundamentalismo arraigado em várias tradições religiosas mostrando por meio de exemplos práticos que o diálogo é a arma mais eficaz para combater ideias eivadas de preconceitos e ódios racistas. Considera VASCONCELLOS (2008, p. 11) que é preciso “*proporcionar aos docentes o conhecimento dos elementos básicos do fenômeno religioso a fim de que possam dialogar com a experiência de seus alunos; expor e analisar o papel das tradições religiosas na sociedade e na cultura; contribuir para a compreensão das diferenças e semelhanças entre as tradições religiosas*”.

Tão importante quanto combater o fundamentalismo é proporcionar para a educação uma maneira de se definir o lugar do ser humano em seu processo de formação, tanto no que se refere à fé como em seu cotidiano. Considera BRIGHENTI et al (2009, p. 541) como exemplo “*se só olho o ser humano como pecador, vou tratá-lo apenas na perspectiva do juízo legalista e chegarei à desesperadora conclusão de que é escória e que não tem recuperação*”. Alertam os autores que alguns princípios fundamentais precisam ser observados no Ensino Religioso dentre eles o de que ele não é um entre tantos ministérios na igreja, mas, sim, perpassa entre as relações de construção e desenvolvimento da fé e esta é vivencial, comunitária e relacional.

Assim, o tema desta monografia é o Ensino Religioso em sala de aula, e o objetivo é a ludicidade. A hipótese inicial é a de que a ludicidade é um facilitador do ensino-aprendizagem na disciplina de Ensino Religioso. O Objetivo é trazer aos professores do Ensino Religioso uma experiência exitosa com a disciplina. Os autores nos quais nos baseamos foram: João Décio PASSOS, em sua obra *Ensino Religioso – construção de uma proposta* (2007); Angelita Correa OLIVEIRA, em seu artigo *Ensino Religioso na Educação Básica* (2012) e Sérgio Rogério Azevedo JUNQUEIRA, no livro *Ensino Religioso na perspectiva da escola* (2007) que apresentam subsídios para a compreensão do processo histórico do Ensino Religioso no Brasil. Para o estudo sobre a ludicidade, contamos com o Maria Glória LOPES, em seu livro *Jogos na Educação* (2001), Lino de MACEDO, com *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar* (2005), e a Vera Barros de OLIVEIRA, com o livro *Rituais e brincadeiras* (2006), que apresentam o lúdico como ferramenta transformadora em sala de aula.

Para desenvolver este assunto, o trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo I, “Os desafios do Ensino Religioso”, faremos um breve histórico sobre o Ensino Religioso no Brasil, para depois indicar alguns dos maiores desafios e comentar sobre a legislação. No capítulo II, “O lúdico ou a ludicidade como ferramenta facilitadora na relação ensino-aprendizagem”, apresentaremos o lúdico na aprendizagem, e, por fim, rituais e brincadeiras que auxiliam no processo educativo. No capítulo III, “O lúdico no Ensino Religioso – uma proposta”, a partir de minha experiência em sala de aula, serão destacados exemplos de atividades que utilizaram o lúdico no Ensino Religioso. Nas Considerações finais, indicações de possibilidades de continuidade dos estudos.

Capítulo I – Os Desafios do Ensino Religioso

I.1. Ensino Religioso no Brasil – breve histórico

Ao longo da história da Educação no Brasil, o Ensino Religioso apresentou diversas mudanças e conflitos gerados por constantes mudanças de leis e ideais do país. De todos os modelos, o catequético foi o mais presente, uma vez que a disseminação do catolicismo era ferramenta preponderante de dominação e ascensão social. Conforme PASSOS (2007, p. 56), *“A prática catequética faz parte da vida das confissões religiosas quando elas se sustentam na transmissão de seus princípios de fé, de suas doutrinas e dogmas”*. No âmbito católico e mais tarde no âmbito das Igrejas Reformadas, a estratégia adotada era transcender para fora das comunidades religiosas, suas catequeses. Na Idade Média, esta prática não era vista como um problema, visto que o regime da cristandade era seguido numa totalidade cultural sustentada por princípios doutrinários cristãos.

O Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER, 1997), informa que na primeira fase dos anos de 1500 a 1800, o objetivo principal era a integração entre escola, igreja, sociedade política e economia. Esta integração, conforme acordo com o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal, tinha como finalidade principal o Ensino da Religião como forma de evangelizar os gentios e catequizar os negros. De 1800 até 1964, a educação gratuita nas escolas públicas sob a direção do Estado-Nação, determinou um Estado Laico para todos. Portanto, *“o religioso estava submetido ao Estado onde a burguesia toma o lugar da hierarquia religiosa”* (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

Com a Revolução de Trinta e o Manifesto de 1932, consolidado pela Constituição de 1934, foi elaborado o Plano Nacional de Educação estabelecendo a responsabilidade do Estado para toda a rede de ensino. Nas décadas de 1910 a 1930, houve um esforço da Igreja Católica para se aproximar do Estado, mesmo com fortes oposições de outras crenças, uma delas a Maçonaria. Foram surgindo vários partidos católicos como a Liga Eleitoral Católica (LEC), com o intuito de orientar melhor os fiéis na escolha de candidatos a cargos políticos.

Na década de 1930, Leonel França em defesa da Igreja Católica escreveu um texto sobre Ensino Religioso que foi incorporado à Constituição de 1934, tornando facultativo ao

aluno, porém, obrigatório à Escola. No entanto, em 1937, passou a ser facultativo para ambos. Destaca JUNQUEIRA (2007) que, a partir de 1931, o Ensino Religioso foi introduzido nas escolas brasileiras. Esta afirmativa foi justificada pelo Ministro da Educação, Francisco Campos.

Na Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), de 1961, o Ensino Religioso foi introduzido homologando o modelo mais antigo adotado em todo o território nacional. Contudo, a Comissão da Constituinte, formada por políticos, se opôs, afirmando que essa disciplina no cotidiano escolar causaria constrangimento aos alunos e somente poderia ser ministrada fora dos horários normais de aula e sem prejuízo para os cofres públicos.

I.2. A Legislação Brasileira, comentários e sugestões práticas do Ensino Religioso

Apresentaremos, de forma sintética, algumas considerações sobre as Leis que foram aplicadas ao Ensino Religioso no Brasil e sua função no âmbito escolar na formação dos cidadãos, bem como três modelos de Ensino Religioso como instrumento metodológico.

Foi sancionada, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sob no. 9.394/96, denominada “Lei Darcy Ribeiro”, a qual orientava o sistema de Educação nacional a adotar uma nova compreensão que favorecesse a diversidade e pluralidade cultural brasileira, com finalidade de ampliar os princípios e fins educativos conforme abaixo:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extra-escolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (CARON, 1997, p. 120-121).

Visando a estes princípios, os educadores, que eram favoráveis à inserção do Ensino Religioso, acreditavam tornar as relações do saber mais aliadas às ações e valores fundamentais da vida, ao mesmo tempo em que contribuíssem para que houvesse maior compreensão das diferenças e pluralidades culturais na sociedade brasileira. No entanto, ficou determinado que este ensino poderia ser aplicado sem ônus para o Estado, e o corpo docente deveria trabalhar como voluntário ou, então, poderia ser financiado por tradições religiosas, conforme se vê no Art. 33:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.

§ 3º O Ensino Religioso de matrícula facultativa constitui disciplinas de horários normais nas escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis [,,] (CARON, 1997, p. 121).

OLIVEIRA (2012) afirma que, a partir da nova redação do art. 33, o Ensino Religioso passou a ser considerada área de conhecimento e disciplina escolar, sendo essencial para auxiliar o indivíduo no seu processo de formação enquanto cidadão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a prática do Ensino Religioso tem como objetivo:

Valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso, deve: propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da

atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável (FONAPER 1997, p.46-47).

Ao perceber a importância de se trabalhar valores morais e éticos na escola, OLIVEIRA (2012) afirma que o Ensino Religioso tem de atuar como ponte que conduz os estudantes ao caminho do bem, por meio dos valores humanistas, erigidos pelas bases sólidas do amor, da fraternidade, da bondade, da honestidade, da humildade e, principalmente, do respeito à diversidade de opiniões. Além disso, a necessidade constante que o indivíduo possui de encontrar sentido para a vida, faz com que se confirme a importância de contemplar este aspecto na educação, possibilitando o surgimento de uma cultura na qual se estabeleça o diálogo, o respeito e uma convivência inter-religiosa enriquecedora.

HOLMES (2010) afirma que todas as tradições religiosas revelam uma verdade divina, numa união de práticas, crenças e relacionamentos que educam o ser humano para a vida, a partir do encontro com o seu “eu” interior, para depois aprender a conviver com o próximo, para finalmente vivenciar o sagrado.

PASSOS (2007) faz uma reflexão sobre a educação e o ensino religioso do cidadão:

A educação do cidadão é um processo complexo que inclui múltiplos aspectos, inclusive o religioso, sendo este último um dado antropológico e sociocultural presente na história da humanidade. Tal ensino estaria, portanto, fundado na factualidade e na relevância do preceito religioso para a vida social, fazendo parte de um projeto mais amplo que não coloca *a priori* a religiosidade dos sujeitos como algo a ser educado, mas, antes, os próprios sujeitos, independentemente de suas adesões de fé (PASSOS 2007, p 33).

Neste sentido concorda ZIMMERMANN (1998), que afirma que à escola compete garantir o acesso ao conhecimento religioso, bem como seus componentes epistemológicos, sociológicos e históricos. Pode, naturalmente, servir-se do fenômeno religioso e de sua diversidade, sem, contudo, erigir uma ou outra forma de religiosidade por meio da aprendizagem escolar. Na aula de Ensino Religioso os educandos devem ter acesso ao conhecimento religioso, não aos preceitos de uma ou de outra religião.

Ressalta JUNQUEIRA (2009) que o Ensino Religioso faz parte do currículo por estar fundamentado nos princípios da cidadania, do entendimento do outro e da formação integral do educando. Ainda que muitas pessoas neguem ser religiosas, é um dado histórico que o

indivíduo foi preparado para ser religioso, assim como foi preparado biologicamente para falar, gostar disto ou daquilo, comer etc. – o ser religioso, afinal, é um dado antropológico, cultural.

Afirma PASSOS (2007) que o estudo da religião é indispensável para a educação completa do cidadão, tanto na esfera individual, como na coletiva.

Podemos dizer que o estudo da religião deverá fazer parte do processo educacional como um conteúdo curricular indispensável para a educação completa do cidadão. Sua presença e relevância sociocultural perpassam a vida individual e coletiva como representações radicais sobre a realidade, como fonte de valores e regras de vida. Na esfera individual, as convicções religiosas tem sempre um papel paradigmático na construção do ser humano, enquanto ser aberto e em permanente acabamento. As tradições religiosas tem um ideal de pessoa humana a ser alcançado: o ser perfeito mediante a graça de Deus no cristianismo, a perfeição do nirvana no budismo, a purificação do espírito nas tradições reencarnacionistas, e assim por diante. Esses paradigmas são referências que orientam explicitamente a educação religiosa *ad intra* das tradições religiosas e que estão presentes como valores disseminados nas diversas culturas (PASSOS 2007, p 45).

A discussão se aprofunda quando a dicotomia religião x sala de aula entra em pauta. Afinal, como podemos tratar a dimensão da religiosidade em sala de aula?

HOLMES (2010) nos diz que, diante do pluralismo religioso, cada tradição religiosa possui a sua forma adequada de chegar ao Transcendente. Assim, é importante tratar disso no processo educativo como uma forma de apresentar aos educandos como se dá a busca pelo Transcendente, vivenciada por cada cultura religiosa, por meio dos seus mitos e ritos, destacando toda uma simbologia religiosa em que seus textos sagrados orais e escritos revelam a história dos povos estudados em sala de aula.

Para OLIVEIRA (2012), o Ensino Religioso é componente curricular, cujas atividades que são desenvolvidas na escola apresentam, como alguns dos objetivos, a socialização dos conhecimentos religiosos elaborados historicamente pela humanidade, o esclarecimento sobre o direito às diferenças na construção de estruturas religiosas que têm seu valor em si mesmo.

JUNQUEIRA (2009) nos apresenta o Ensino Religioso como uma oportunidade de tomar como referência o convívio social dos educandos, o respeito à tradição religiosa herdada da família e à liberdade de expressão. É por meio do respeito mútuo que se cultiva a reverência ao Transcendente e às diversas formas de cultura.

Um dos desafios do Ensino Religioso é a sua própria definição. Em seu livro, PASSOS (2007) nos apresenta três modelos de ensino religioso: o catequético, o teológico e o das ciências da religião. Ele criou um esquema para maior compreensão.

O Modelo Catequético *“faz parte da vida das confissões religiosas quando elas se sustentam na transmissão de seus princípios de fé, de suas doutrinas e dogmas”* (PASSOS, 2007, p. 56). Portanto, a educação da fé mesmo que esteja centrada no viver comunitário através da experiência da aprendizagem, ainda assim, ela tem um aspecto de conteúdo que precisa ser transmitido, sem o qual a própria identidade confessional se dissolverá na fluência da própria prática.

O esquema a seguir sintetiza didaticamente alguns aspectos que caracterizam o modelo catequético em sua estruturação e operacionalização. Vamos adotá-lo para os demais modelos com a finalidade de favorecer uma visão sinótica e comparativa entre eles.

O MODELO CATEQUÉTICO	
Cosmovisão	Unirreligiosa
Contexto político	aliança Igreja-Estado
Fonte	conteúdos doutriniais
Método	Doutrinação
Afinidade	escola tradicional
Objetivo	expansão das Igrejas
Responsabilidade	confissões religiosas
Riscos	proselitismo e intolerância

(PASSOS 2007, p. 59).

O Modelo Teológico baseia-se na fundamentação que vai além da confessionalidade estrita de tal maneira que supere a prática catequética *“na busca de uma justificativa mais universal para a religião, enquanto dimensão do ser humano e como um valor a ser educado”* (PASSOS, 2007, p. 60). Portanto, o Ensino Religioso, enquanto justificativa teológica, apoia-se numa moderna cosmovisão religiosa que supera o proselitismo da cristandade esforçando-se por oferecer um discurso religioso e pedagógico com uma linguagem que possa atingir mais profundamente a sociedade.

Esse modelo parece concretizar perfeitamente a idéia de educação religiosa ou da religiosidade dos sujeitos como uma necessidade para a formação geral escolar.

O MODELO TEOLÓGICO	
Cosmovisão	Plurirreligiosa
Contexto político	Sociedade
Fonte	antropologia, teologia
Método	Indução
Afinidade	escola nova
Objetivo	formação religiosa
Responsabilidade	confissões religiosas
Riscos	catequese disfarçada

(PASSOS, 2007, p. 63).

O modelo das Ciências da Religião rompe com os dois modelos anteriores. Ele “consiste em tirar as decorrências legais, teóricas e pedagógicas da afirmação do ER como área de conhecimento” (PASSOS, 2007, P. 65). Ele reconhece a religiosidade e a religião como sendo dados antropológicos e socioculturais que devem ser conduzidos como parte do conjunto das demais disciplinas escolares não somente por razões cognitivas como também pedagógicas.

Nesse modelo não se afirma o ensino da religião como uma atividade cientificamente neutra, mas, com clara intencionalidade educativa, postula-se a importância do conhecimento da religião para a vida ética e social dos educandos.

O MODELO DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	
Cosmovisão	Transreligiosa
Contexto político	sociedade
Fonte	Ciências da Religião
Método	Indução
Afinidade	epistemologia atual
Objetivo	educação do cidadão
Responsabilidade	comunidade
Riscos	neutralidade

(PASSOS 2007, p. 66).

Segundo PASSOS (2007), os dois primeiros modelos assumem como meta do Ensino Religioso, no âmbito religioso do ser humano, já o outro modelo das Ciências da Religião toma como pressuposto do Ensino Religioso (a educação do cidadão).

Enquanto modelos, eles poderão, em princípio, coexistir com práticas concretas do Ensino Religioso, assim como conflitar um com o outro, exatamente por expressarem concepções diferentes e agregarem sujeitos com interesses igualmente diferentes. Como pudemos observar nos gráficos

anteriores, os sujeitos responsáveis mudam de um modelo para o outro, o que provoca deslocamentos de poder e instaura campos de força no momento das opções e efetivações (PASSOS 2007, p. 67).

Para PASSOS (2007) o modelo mais indicado é o das Ciências da Religião, cujo objetivo é a educação do cidadão, a responsabilidade dele é a comunidade científica e do Estado. Contudo, é preciso considerar as dificuldades na formação dos professores e na estruturação dos modelos políticos em nível superior.

I.3. Quais são os maiores desafios da prática do Ensino Religioso

O mundo se compõe de várias diversidades de etnias, religiões e culturas cuja pluralidade de fatores conduz a tensões, conflitos e contradições com avanços e recuos. As práticas religiosas têm sido objeto de argumentos fortes e apaixonados muitas vezes conduzindo o ser humano a alterar seus hábitos e sua personalidade.

Crianças e jovens necessitam de um conhecimento sério do fenômeno religioso para não só compreender o mundo, mas para sobre ele poder agir. Tal conhecimento dará a esses jovens e crianças condições para conhecer suas potencialidades conflituais – tantas vezes exploradas por fanatismos radicais -, mas, acima de tudo, suas possibilidades de promover e facilitar a construção de relações fundadas no entendimento e no encontro entre todos os seres humanos (BRIGHENTI et al, 2009, p. 333)

Destacam BRIGHENTI et al (2009), apud Marcos André Scussel (2007), que em sua dissertação defendida na PUCRS, e após pesquisa realizada, asseverou que o ser humano é um ser religioso que busca uma compreensão clara da relação entre a religiosidade humana e o fazer educativo. Mediante este estudo, afirma SCUSSEL (2007), é preciso haver um diálogo entre o desenvolvimento espiritual, desenvolvimento da fé, da moral, vida e educação.

Portanto, o Ensino Religioso como sendo disciplina integrante do sistema educacional, compreende um processo de educação do ser humano dentro de uma dimensão religiosa. Por outro lado, o professor do Ensino Religioso tem que *“estar aberto ao outro, conviver com o diferente, conhecer e acolher as verdades da fé das tradições religiosas e precisa ter clareza da sua religiosidade”* (BRIGHENTI et al, 2009, p. 377). É essencial, portanto, que os educadores tenham plena consciência de sua religiosidade e também da relação desta com a sua própria vida e com o seu trabalho de fazer educativo.

Várias considerações importantes também devem ser observadas, dentre elas:

a importância de proporcionar aos alunos o espaço do conhecimento, da partilha e do diálogo sobre o fenômeno religioso presente na vida e na cultura; e a necessidade de maior atenção quanto à dimensão do desenvolvimento humano na formação de educadores para o Ensino Religioso, nos cursos de formação de professores e nos cursos específicos (BRIGHENTI et al, 2009, P. 377).

Conforme JUNQUEIRA (2009), a educação vive numa época em que a consciência da diversidade cultural está em evidência no mundo todo, e, nunca como agora, se reivindica o respeito à diversidade cultural de cada povo. Portanto, é preciso se repensar e revisar a educação e a prática nas instituições escolares. A tarefa dos educadores cristãos nas últimas décadas precisou ser atualizada e revista no que se refere à educação.

Alerta JUNQUEIRA (2009, p. 246) que é preciso observar os seguintes pontos em relação ao Ensino Religioso: é necessário entender que a criança age em situações concretas criadas pelo educador. Ao obedecer e agir, ela assimila novos conceitos e também adquire novas habilidades e refazendo tais conceitos que foram anteriormente adquiridos, ela também altera as suas estruturas mentais. *“Somente esse refazer torna possível a verdadeira aprendizagem, essa sim estável, duradoura, e não o simples adestramento que é, queiramos ou não, o que tentamos impingir às crianças em nossas escolas”*.

O Ensino Religioso, enquanto disciplina, apresenta uma série de desafios pautados na indiferença e na ignorância social e familiar. Diferente da abordagem meramente religiosa, a disciplina flerta com aspectos básicos e inerentes ao Homem: ética, moral e pluralidade, apenas para citar alguns. Evidentemente, a definição de Ensino Religioso acaba passando por divergências entre seus principais defensores.

PASSOS (2007) diz que um dos grandes desafios na educação é a formação do cidadão. Segundo ele, a disciplina de Ensino Religioso ajuda a codificar valores e tradições na formação do indivíduo.

A seguir, serão elaboradas reflexões sobre os processos pedagógicos na formação do ser humano, e como podemos trabalhar o Ensino Religioso no ambiente escolar. No próximo capítulo, trataremos da ludicidade como uma ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem.

Capítulo II – O Lúdico ou a Ludicidade como uma Ferramenta Facilitadora na Relação Ensino-Aprendizagem

II.1. – Conceito sobre Ensino-Aprendizagem

O que é ensino-aprendizagem na Educação? Refletiremos a respeito, para que possamos entender melhor como se dá essa relação, e como se dá a presença do lúdico neste contexto.

Começaremos nossa reflexão a partir do autor FREIRE (1996). Ele diz que não existe ensino sem aprendizagem. Para ele educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação, educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina seu educador e o educador ensina e aprende com seu estudante.

Paulo Freire (2005) nos apresenta essa discussão:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os ‘argumentos de autoridade’ já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 2005, p. 79).

Para RIBEIRO (2015), no processo pedagógico alunos e professores são sujeitos e devem atuar de forma consciente. Não se trata apenas de sujeitos do processo de conhecimento e aprendizagem, mas de seres humanos imersos numa cultura e com histórias particulares de vida.

Para FREIRE (1996), no processo ensino-aprendizagem é preciso reconhecer o Outro (professor e aluno) em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas entre outras. O ensino-aprendizagem promove o diálogo entre o conteúdo curricular (formal) e os conteúdos únicos (vivências, história, individualidade) tanto do professor quanto do estudante.

Para continuarmos nossa reflexão sobre a relação de aprendizagem entre professor e aluno, CARNEIRO (2012) esclarece que:

A prática do ensino exige do educador e do educando a motivação à pesquisa e, simultaneamente, a discussão sobre como trazer o tema pesquisado à realidade concreta a que se deve associar a disciplina. Neste momento, temos uma aprendizagem significativa, em que ocorre a troca de valores e saberes entre professor e aluno (CARNEIRO 2012, p. 10)

PASSOS (2007) diz que educar é conduzir o aluno por diversos caminhos do conhecimento.

De qualquer forma, educar é conduzir pelos caminhos do conhecimento na busca da autonomia intelectual e política. Portanto, ciência, ensino-aprendizagem e cidadania formam o tripé de toda ação educativa, imediatamente traduzida em ação social (conhecimento, poder, ação) que, por sua vez, manifesta-se em ação econômica (competência, profissão, produção) (PASSOS 2007, p. 41).

Segundo CARNEIRO (2012), observa-se que o professor trabalha diretamente na formação de pensadores, isto é, influencia os seus alunos de acordo com o que pensa a respeito dos acontecimentos que circulam no mundo, na cidade e até mesmo na escola. O maior instrumento que qualquer educador pode ter é o tratamento direto com o estudante. Por isso muito se insiste que o seu dever é de ensinar o educando a ser crítico, de acordo com os princípios éticos e morais.

II.2. O ensino-aprendizagem e o lúdico

Para que possamos compreender como o lúdico pode colaborar no processo de ensino-aprendizagem, primeiramente temos que entender o universo da ludicidade.

A palavra lúdico tem sido usada de muitas formas. Para TRISTÃO (2010) o lúdico tem sua origem na palavra latina *ludus* que quer dizer jogo. Se achasse confinado à sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial da psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo.

Afirmam APAZ et al (2015, p. 03) que brincar é uma necessidade interior, não somente da criança como do próprio adulto. *“Por conseguinte, a necessidade de brincar é inerente ao desenvolvimento. A criança brinca para ganhar experiência, exercitar sua criatividade e fantasia. Brincando, ela organiza o mundo, domina papéis, situações e se prepara para o futuro”*.

Segundo NEVES (2014), o lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Assim, na idade infantil e na adolescência a finalidade é essencialmente pedagógica. A criança e mesmo o jovem, opõem uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não é prazerosa.

Para MACEDO (2005), podemos perceber muitas vezes que a escola não tem sentido para as crianças. Ele afirma que valorizar o lúdico nos processos de aprendizagem significa entre outras coisas, considerá-lo na perspectiva das crianças. Para elas, apenas o que é lúdico faz sentido. Estudos demonstram que por meio de atividades lúdicas, o educando explora muito mais sua criatividade, melhora sua conduta no processo de ensino-aprendizagem e sua autoestima.

Segundo LOPES (2001), a brincadeira faz parte da evolução humana, toda criança brinca e isso é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Ele diz que é muito mais fácil e eficiente aprender por meio de jogos, e isso é válido para todas as idades, desde o maternal até a fase adulta. O jogo em si possui componentes do cotidiano e o envolvimento desperta o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo, tornando a confecção dos próprios jogos ainda mais emocionante do que apenas jogar.

LOPES (2001) apresenta alguns objetivos que podem ser trabalhados no contexto escolar por meio da confecção e aplicação de jogos:

- Trabalhar a ansiedade;
- Rever os limites;
- Reduzir a descrença na autocapacidade de realização;
- Diminuir a dependência – desenvolvimento da autonomia;
- Aprimorar a coordenação motora;
- Desenvolver a organização espacial;
- Melhorar o controle segmentar;
- Aumentar a atenção e a concentração;

- Desenvolver antecipação e estratégia;
- Trabalhar a discriminação auditiva;
- Ampliar o raciocínio lógico;
- Desenvolver a criatividade;
- Perceber figura e fundo;
- Trabalhar o jogo.

O educador pode usar o jogo de diversas maneiras e em várias situações. É necessário um planejamento adequado para que ele possa escolher a melhor forma de atingir os objetivos pedagógicos propostos pelo educador. Aponta LOPES (2001):

Cada jogo apresenta, dentro do item *objetivos*, uma ou mais dessas características, para que o profissional possa escolher o jogo mais apropriado para o momento educativo a que se propõe. Dentro de um grupo, porém, muitas vezes se faz necessário reunir uma série de objetivos que atinjam os participantes de forma individual ou grupal. Para isso, o educador pode fazer um planejamento em que a utilização dos jogos tenha um efeito gradual e globalizante dentro dos aspectos desenvolvidos em cada jogo.

Durante o processo que envolve a confecção e o jogo, surgirão situações inesperadas, pois cada momento é único e possui características próprias. A partir daí o professor poderá ter novos objetivos a alcançar, criando muitas possibilidades para ampliar os recursos mediante a confecção de jogos (LOPES, 2001, ps. 45 e 46).

A partir da explicitação dos Objetivos Cognitivos e Comportamentais para a disciplina e da compreensão do lúdico como um facilitador, o professor pode utilizar os jogos como meio para atingir objetivos mais complexos ou mais profundos.

Um exemplo para ilustrar esse procedimento: o professor pode utilizar a dinâmica conhecida como a das malas para introduzir um tema, como, valores e família. Para este exemplo, teremos como Objetivos: a) que os alunos identifiquem valores e reflitam sobre eles; b) que os alunos compreendam a família como um valor. Esta dinâmica consiste em fazer com que os alunos desenhem num papel, cinco malas, e que escolham o que colocar em cada mala para uma viagem sem volta. Após fazerem suas escolhas, a viagem começa e, ao longo da brincadeira, eles terão que se livrar de algumas malas até sobrar apenas uma. Para a maioria da turma restará a mala denominada “família”. Ao final da brincadeira, espera-se que os Objetivos sejam atingidos, pois teremos vários pontos para reflexão:

- 1) O que sentimos ao encher as malas?
- 2) As escolhas foram difíceis? Por quê?
- 3) Ao longo da viagem, foi difícil se livrar de algumas malas? Por quê?
- 4) Qual foi a mala que restou para a sua viagem sem volta? Por que você a considera mais importante para a sua sobrevivência?
- 5) Qual ensinamento essa dinâmica nos traz?

Este exemplo apresentado é um dentre tantas formas de se utilizar a ludicidade nas salas de aulas. Existem diversos tipos de dinâmicas, como exemplos temos: socialização ou quebra-gelo; apresentação; integração; descontração e relaxamento; comunicação; trabalho em grupo; entre outras (LOPES, 2001).

II.3. O lúdico na aprendizagem e sua importância pedagógica

NEVES (2014) ressalta que o professor, que está interessado em fazer mudanças, pode encontrar, no lúdico, respostas para as suas incertezas porque ele pode ser um importante aliado da metodologia, contribuindo eficazmente na diminuição dos altos índices de fracasso escolar e evasão nas escolas. No entanto, ele observa que as atividades lúdicas não abarcam toda a complexidade do processo educativo, porém, elas podem auxiliar na busca de melhores resultados, promovendo mudanças e transformando as salas de aulas em ambientes alegres e favoráveis ao aprendizado.

Destaca NEVES (2014) que, por meio das atividades lúdicas, o aluno pode explorar com muito mais criatividade suas opções, melhorando sua conduta e autoestima ao mesmo tempo em que ele vai aprendendo e assimilando as matérias.

Afirmam APAZ et al (2015):

É fundamental que os educadores tenham ampla apropriação de técnicas educacionais que valorizem o lúdico e propiciem jogos, danças, brincadeiras e desenhos capazes de instruir no sentido de dar condições de o educando desenvolver noções de regras, espaço e tempo, além do fato de divertir e instigar a imaginação e a criatividade, aumentando as possibilidades de interação com o outro e com o mundo (APAZ et al, 2015, p. 01).

Pelo reconhecimento que é proporcionado à criança, o jogo pode ser um motivador que possibilita a aprendizagem em suas várias habilidades. Afirmam APAZ et al (2015, p. 01) que *“Em Psicologia, aprendizagem é o processo de modificação da conduta por treinamento e experiência, variando da simples aquisição de hábitos à técnicas mais complexas”* enquanto que o ato de desenvolvimento é designado pelo progredir e crescimento paulatino. Portanto, a junção dos dois elementos faz com que a brincadeira infantil se torne num importante mecanismo de desenvolvimento do aprendiz infantil.

Para LIBÂNEO (1996):

A função da pedagogia “dos conteúdos” é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir de condições existentes. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares que tenham ressonância na vida dos alunos (LIBÂNEO, 1996, p. 39).

Conforme APAZ et al (2015), a utilização de procedimentos didáticos aliados a elementos lúdicos pode ter características favoráveis que facilitem uma boa proposta no desenvolvimento dos procedimentos normativos, humanos e éticos favorecendo e ampliando a relação pedagogo-aluno e contribuindo para estreitar os laços entre professor-educador com a própria instituição escolar demonstrando sua preocupação com o cotidiano e possibilitando que a atividade prazerosa tenha um caráter ético-moral e humano no desenvolvimento da criança.

O brincar faz com que a criança imite, experimente e crie as possibilidades de ação aprendendo com a própria realidade. Vagarosamente ela vai passando dos movimentos mecânicos sugeridos pelos objetos e emprestando significados aos mesmos fazendo com que esta atividade lúdica se transforme paulatinamente em um processo de conscientização. Portanto, o brinquedo é um meio no qual a criança demonstra sua emoção e criatividade (APAZ et al, 2015).

Desta maneira, pode-se constatar que a prática de jogos, danças, brincadeiras e desenhos contribuem para o melhor desenvolvimento da autoconsciência do aluno, permitindo com que ele adquira uma salutar experiência em suas relações interpessoais. Além disso, o lúdico, como método de aprendizagem significativa, proporciona ao aluno uma motivação que

pode estreitar consideravelmente suas relações de convivência, desenvolvimento de sua criatividade e eficiência em novas estratégias construtoras nos aspectos reflexivos e críticos da sua vida cotidiana. Asseguram APAZ et al (2015), que:

Possibilitar que as crianças tenham acesso a patrimônio lúdico é redimensionar a arte de educar dentro do contexto histórico. Os brinquedos e as brincadeiras carregam em si um arsenal de temporalização e constituem o testemunho vivo da história da humanidade das quais os seres humanos são ao mesmo tempo protagonistas e espectadores (APAZ et al, 2015, p. 03).

Afirmam APAZ et al (2015, p. 04) que *“A criança necessita brincar, pois, sem o brincar, ela queima etapas, deixa lacunas que, no futuro, se manifestarão como bases instáveis da personalidade”*. Portanto, o brincar é uma etapa que a criança precisa percorrer para chegar a algum ponto, desfazer seus medos, revelar segredos e explorar o desconhecido. A prática do brincar também permite que a criança dê ordens e exija obediência, enfrente a morte corajosamente, a escuridão, o incêndio, as brigas, a solidão, as tristezas e alegrias, porque as brincadeiras se desenvolvem conforme o tema escolhido dando lugar à compreensão e assimilação e filtrando o cognitivo e afetivo.

Para PIAGET (1976), o brincar é extremamente importante no desenvolvimento infantil principalmente no âmbito sensório motor. Afirma que:

O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real à atividade própria, fornecendo a esta seu elemento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil (PIAGET, 1976, p. 160).

Sob esta perspectiva, entendemos que o brincar faz com que a criança explore todas as possibilidades e expanda a realidade ao mesmo tempo em que amplia o seu imaginário desenvolvendo sua inteligência.

O lúdico, por ter predomínio do prazer sobre o desprazer e do relaxamento sobre a tensão, possibilita que o indivíduo ingresse no universo da sociedade e da cultura de uma

forma natural e gradativa. Por meio dos jogos e regras e da imaginação e construção, o lúdico percorre todo um ciclo vital fortalecendo e agilizando os processos mentais em todos os aspectos cognitivos e afetivo-emocionais.

II.4. Rituais e brincadeiras auxiliares do processo educativo

Desde épocas remotas, os ritos e mitos foram criados e utilizados pelo homem fazendo com que ele tomasse consciência de si mesmo, do tempo e espaço finitos assim como de sua própria limitação. *“Foi essa visão que abriu definitivamente ao Homem as portas do sagrado e da arte, proporcionando-lhe começar sua ascensão reflexiva”* (OLIVEIRA, 2006, p. 32).

Nos primeiros rituais humanos, arte e religião estiveram sempre presentes nos gestos e nos instrumentos que possuíam variadas significações. Muitas vezes, o objeto do ritual combina a funcionalidade, a prática e o senso estético ligando o Homem ao sagrado.

Esclarece OLIVEIRA (2006) que, para se obter uma construção saudável de identidade do indivíduo, é preciso que desde a sua infância ele tenha tido uma crescente sociabilização. Isto acontece quando a criança aprende a ser quem é, quem pode vir a ser e quando ela se torna um ser social, histórico e cultural, sentindo-se parte integrante e ativo de um grupo que pode ser a família ou a escola. Portanto,

Os rituais e as brincadeiras estão associados a todo esse processo de evolução humana, constituindo-se como produto e fonte de cultura. Contribuem desta forma para a formação, manutenção e preservação dos processos cognitivos, afetivo-emocionais e socioculturais (OLIVEIRA, 2006, p. 11).

É importante observar que os rituais não pertencem somente ao domínio religioso, mas fazem parte também do profano. Os rituais não são apenas aplicados nas grandes ocasiões, mas sim, fazem parte de nosso dia-a-dia, ao receber e cumprimentar amigos e pessoas, ao acompanhar até à porta e até mesmo na refeição diária em família.

Ao vivenciarem e participarem de comportamentos autênticos na sociedade, as crianças facilmente assimilam sua essência, maneirismos e mensagens captando a forma

como os adultos pensam, sentem e se relacionam com outros. Essa aprendizagem se faz mais presente quando há coerência e continuidade entre o que é feito e dito, não somente no dia de ontem, como hoje e amanhã. A repetição dos atos não chega a ser monótona, mas, sim, uma reafirmação dinâmica de valores e vínculos. Na escala evolutiva, os ritos são caracterizados por somar tradição à inovação e desta forma passam a ser *“instrumentos de formação e ampliação da consciência individual e social de seus participantes”* (OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Destaca OLIVEIRA (2006):

Para que funcionem como vetores de articulação do grupo, inseridos em sua trajetória histórica, os rituais precisam necessariamente conter uma mensagem interna, significativa para a sua continuação. Nesse sentido, precisam ter um conteúdo, uma idéia que expresse um valor para aquele grupo, conteúdo este que se manifesta através de uma forma, de uma encenação. Toda vez que essa mensagem se esvazia ou perde seu significado atual para o grupo e o rito passa a se apoiar apenas em sua formalização externa, em sua aparência exterior, ele deixa de possuir sua grande força reestruturadora. Por outro lado, quando contém em si uma idéia, valor ou crença gerados pelo grupo e tidos como positivos, os rituais convertem-se em situações que fortalecem movimentos de adaptação saudável, principalmente frente a fases ou momentos críticos da vida, como no desenvolvimento da criança e do adolescente, ao enfrentar mudanças ou perdas durante a vida, ou, finalmente, ao envelhecer. Por outro lado, as manifestações lúdicas, sejam elas individuais ou grupais, também se constituem em situações privilegiadas de expressão genuína daquilo que pensamos e sentimos (OLIVEIRA, 2006, pgs. 12 e 13).

Conforme OLIVEIRA (2006, p. 125), *“o rito só adquire o status de vetor de coesão intra e intergrupar quando veicula uma mensagem realmente significativa para a história de vida da família”*. A participação em rituais, no entanto, somente conduz à aprendizagem quando há um elo histórico efetivo e afetivo entre os membros praticantes.

Tendo apresentado, nos capítulos anteriores, o Ensino Religioso e alguns de seus desafios; e a ludicidade como um facilitador para o ensino-aprendizagem, no próximo capítulo apresentaremos uma proposta para a sala de aula.

Capítulo III – O Lúdico no Ensino Religioso - Uma Proposta

III.1. O Ensino Religioso e o símbolo aliado ao pedagógico

Após refletirmos sobre os desafios do Ensino Religioso, e dentre eles identificarmos a relação do ensino-aprendizagem, entendemos o lúdico como possibilidade de mais uma resposta inovadora adequada para esta relação.

Segundo NASSER (2006), o papel dos professores tem como objetivo proporcionar aos alunos conhecimento sobre as religiões e desta forma:

expor e analisar o papel das tradições religiosas na sociedade e na cultura; contribuir com a compreensão das diferenças e semelhanças entre as tradições religiosas; refletir sobre a relação entre os valores éticos e práticas morais e as matrizes religiosas presentes na sociedade e na cultura; apresentar a religião como uma referência de sentido para a existência dos educandos e como fator condicionante para sua postura social e política, elucidar a problemática metodológica, curricular e legal do ER; e finalmente, explicitar os processos de constituição, identificação e interação das denominações religiosas em seus diferentes contextos (NASSER, 2006, ps. 07 e 08).

Segundo NASSER (2006), o uso de símbolos é um exemplo de procedimento para atingir objetivos claros nas aulas de Ensino Religioso. A autora, após estabelecer os Objetivos para a Disciplina, parte da dimensão de religiosidade presente em todo ser humano e indica a linguagem simbólica como sendo uma excelente ferramenta para expressar esta religiosidade. Desta forma, os símbolos são formas adequadas para tratar de temas ligados ao Sagrado e às Religiões.

III.2. De que forma o professor pode objetivar o Ensino Religioso

Conforme NASSER (2006), os objetivos gerais para facilitar a aprendizagem do Ensino Religioso é fazer com que o aluno:

- compreenda que a religiosidade é parte integrante do ser humano;
- saiba que existem várias formas de expressar esta religiosidade;
- entenda que o símbolo é uma das formas de expressar a religiosidade;
- perceba que as religiões, na sua maioria, trabalham com linguagens simbólicas;
- possa assumir um comportamento de respeito em relação à diversidade religiosa. (NASSER, 2006, p. 11)

Afirma PASSOS (2007) que, do ponto de vista pedagógico, o conhecimento é destinado para formar o sujeito, fazendo com que o ato de ensinar e aprender fique pleno de valores e finalidades que superam a mera informação e reprodução de resultados e metas da ciência. Portanto, no entender do autor, não há neutralidade no ensino escolar em qualquer nível em que se apresente, muito ao contrário ele conduz à ação e *“ao engajamento que ocorrem num fluxo de valorações e opções que envolvem o indivíduo e a sociedade”*. As perguntas recorrentes destas reflexões são *“sobre o quê e como ensinar”* seguidas de *“para quem ensinar”* na ação pedagógica (PASSOS, 2007, p. 77).

Se verdadeiramente o conhecimento possui valor em si mesmo ou se *“a luz da ciência pode libertar o ser humano, segundo os cânones modernos”* (PASSOS, 2007, p. 77), também as ciências que são ensinadas nas escolas tem um cunho humanitário por si mesmo porque trabalham com o cognitivo dos alunos ampliando suas visões realísticas e enriquecendo suas ações:

Desse modo, podemos dizer que a pedagogia tem o mérito e a tarefa de estabelecer um elo, implícito ou explícito, entre o conhecimento puro e sua função formativa, entre os meios metodológicos e as finalidades éticas; em termos medievais, entre a verdade e a bondade; ou ainda, em termos filosóficos e teológicos, entre os meios e os fins. Além disso, as disciplinas têm uma intencionalidade que vai além de suas teorias. O ensino da história não visa tão-somente produzir uma consciência do passado, mas uma postura no presente; a biologia vai além da explicitação da lógica interna da vida e chama para um compromisso com a mesma matemática, com suas inúmeras fórmulas e exercícios, pretende habilitar o raciocínio para melhor discernir a realidade, e assim por diante. Nesse sentido, não caberia ao próprio ER qualquer exceção. Ensina-se a religião para se ter maior consciência de seu significado na vida do indivíduo e, também, de sua função na sociedade. Discernir o dado religioso e assumir posturas cidadãos perante suas manifestações e relações com as diversas dimensões da vida humana é uma habilidade essencial para a educação de indivíduos oriundos de qualquer credo, ou mesmo sem nenhum credo. No mundo globalizado, as diferenças culturais e religiosas misturam-se e confrontam-se de maneira direta ou virtual

– de ambas as formas reais – na vida cotidiana e desafiam os cidadãos a terem sobre elas uma visão e uma postura (PASSOS, 2007, p. 78).

Portanto, o que se percebe nos dias atuais é a adoção de uma visão crítica com tolerância e respeito pelos relacionamentos indispensáveis para uma educação com plena cidadania.

III.3. Atividades do Ensino Religioso praticadas em sala de aula

Algumas pessoas podem achar fácil trabalhar com a ludicidade na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, por analisarem somente a faixa etária dos educandos, considerando que ainda são crianças e que a ludicidade está presente no seu cotidiano. Considero, após alguns anos de experiência nos três segmentos, que é possível trabalhar o lúdico em qualquer faixa etária. É uma questão de adaptar a proposta pedagógica ao jogo, à dinâmica, e à brincadeira, ou, então, denominar a atividade como o educador decidir.

No Ensino Fundamental do Colégio dos Santos Anjos, por exemplo, em uma turma do 5º ano, comecei a introduzir a matéria de Tradições Oraís. O objetivo principal é para que os alunos identificassem a melhor forma de entender a transmissão das tradições orais. O Conteúdo Programático e a sequência do Plano de Aula compreenderam a Dinâmica, o Conhecimento do Aluno e posteriormente a Avaliação. As dinâmicas consistiram em: 1ª.) uma brincadeira simples com “telefone sem fio”, e a 2ª.) consiste em continuar a história que o colega tinha começado a escrever sobre a criação do mundo, usando a criatividade e com regras pré-estabelecidas. As regras consistiam em: ao continuar a história do colega não era permitido nenhuma forma de agressão, ou brincadeira de mau gosto com qualquer colega, após o comando de “pare”, não poderia mais escrever nenhuma palavra na história, respeitar a ordem definida inicialmente para passar as histórias adiante.

O resultado das dinâmicas foi observado da seguinte forma: a primeira dinâmica foi realizada com sucesso, os alunos se envolveram e perceberam a necessidade de identificar a fala do colega para não passar a informação que estava recebendo de forma errada. A importância desta dinâmica, em relação ao Ensino Religioso, é fazer com que o aluno preste bem atenção às informações e conteúdos que estão sendo passados para ele.

Em relação à segunda dinâmica, o objetivo principal foi observar como a criatividade é essencial para que o aluno continue a história que outro aluno lhe contou. Nesta atividade, o aluno pode perceber a liberdade que ele tem para inventar o que quiser, fugindo da proposta exigida no começo da dinâmica. Fica claro, inclusive, que ao passar a história inicial com o conteúdo modificado, acontece uma alteração da verdade, o que se revela contraprodutivo em todos os aspectos.

A ludicidade realizada em sala de aula contribui para um ambiente de aprendizado mais animado e interessante para os educandos, porém, nem sempre, o resultado final é o esperado. As turmas são diferentes umas das outras, e, para cada uma, o educador precisa adotar uma postura diferente porque a faixa etária é determinante. Sem dúvida, é um desafio para muitos educadores a possibilidade de errar, da brincadeira não dar certo, levando muitos educadores a não experimentarem o novo, o diferente, fazendo com que cada um fique na sua zona de conforto.

Como exemplo, posso citar que tive um grande desafio com as turmas do Ensino Médio. A princípio, percebi a resistência dos educandos, pois muitos achavam que não tinham idade para brincar, se divertir em uma dinâmica. Com o tempo, a cada dinâmica e reflexão do tema proposto para a aula, pude perceber o envolvimento desses alunos, e, quando não havia dinâmica, eles reclamavam, ou seja, se acostumaram com atividades lúdicas e sentiam falta delas.

Partindo de minhas considerações e observações sobre a postura dos alunos, pude observar que as práticas adotadas foram um enorme incentivo e um aprendizado prazeroso.

Acredito que o lúdico é uma ferramenta muito importante e essencial para a disciplina de Ensino Religioso, e que a sua utilização em sala de aula nos trás muitos ganhos. Que os educadores tenham a coragem de se renovar, e se utilizar dessa ferramenta maravilhosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente tema foi escolhido partindo da necessidade que se faz necessária quanto ao entendimento do Ensino Religioso e a importância do Lúdico. Na seleção de autores, notamos que, infelizmente, há poucos livros que abordam o tema, tornando a nossa pesquisa muito mais trabalhosa e difícil.

A ludicidade realizada em sala de aula contribuirá para um ambiente de aprendizado mais animado e interessante para os educandos, mas nem sempre o resultado final será aquele que pensamos encontrar. Isto porque jogos e brincadeiras devem ser vistos como um grande laboratório experimental no qual as crianças e adolescentes podem vivenciar novas formas de agir e se comportarem. Esta abrangência inclui o sentir e o pensar, porque é brincando que as crianças podem se adaptar de forma mais ativa na realidade em que vive, ou seja, na sua família e comunidade social. É importante ressaltar que, no brincar, a criança pode emitir juízos de valor e considerar possíveis melhorias de estilo de vida.

Infelizmente, no Brasil, muitas escolas ainda estão ausentes em seu planejamento quanto à ludicidade, deixando esta prática a cargo dos professores, e muitos deles acabam por optar por uma metodologia tradicional que não absorve o lúdico. Esta atitude se deve ao receio de vivenciarem situações novas ou mesmo por comodidade. No entanto, o conceito do lúdico é demonstrar como ‘o mundo do faz-de-conta’ é importante porque possibilita que a realidade seja experimentada, revista e reformulada no âmbito de uma melhor interação social e afetiva.

Os órgãos governamentais competentes em educação pública não estão preocupados em inserir a matéria do Ensino Religioso como uma obrigatoriedade no âmbito escolar. Esta resistência se deve ao fato de que a educação religiosa carrega resquícios do passado quando o culto religioso era único e indiscutível.

Contudo, é importante observar que o Ensino Religioso atualmente se baseia nos conteúdos e objetivos das várias religiões da sociedade procurando obedecer ao currículo com isenção de credos e costumes. Ao professor, cabe a tarefa de objetivar o seu trabalho sem tomar partido de crenças e levando os estudantes a refletirem e conhecerem as diferentes propostas religiosas, respeitando suas diferenças e costumes.

A este respeito NASSER (2006, p. 89), apud Hans Kung, cita que “*o ethos comum da humanidade deve ter como meta o entendimento universal entre as religiões*”. Portanto, não se trata de conduzir o pensamento das crianças e jovens para uma religião unificada no mundo inteiro, ou mesmo misturá-las como se fosse um coquetel de religiões, tampouco substituir a religião por ética.

A finalidade do ensinamento tem como objetivo principal o empenho pela paz entre os seres humanos de diferentes religiões e o respeito ao diferente e não apenas a tolerância. Este é um dos desafios que o Educador precisa enfrentar sutilmente e com extremo cuidado. Outro desafio a ser enfrentado é o da licenciatura em Ciências da Religião, isto porque o curso carece de uma fundamentação legal a ser conquistada ainda.

Quando o Educador se afasta dos objetivos propostos e tendenciosamente relata alguma prática de sua Igreja particular, pode muito bem acontecer debates acalorados e até mesmo violência na sala de aula, portanto, é extremamente importante que o professor esteja devidamente qualificado para a prática do Ensino Religioso. Portanto, o trabalho do educador deve dosar teoria e prática com sensibilidade e conhecimento tendo sempre em mente que ao educador não cabe somente ensinar a ler, resolver problemas ou dar forma a um pensamento, mas sim, proporcionar ao aluno formar plenamente sua personalidade.

Assim sendo, no presente trabalho procuramos responder às questões mais recorrentes sobre como transmitir o Ensino Religioso por meio do lúdico e como fazer para que crianças e jovens se interessem em aprender tais ensinamentos. Procuramos responder às questões dentro daquilo que nos foi proporcionado pela leitura e pela prática exercida, mas sabemos que não é fácil administrar e transmitir este conhecimento.

Encerrando estas considerações compreendemos que os desafios de hoje no Ensino Religioso não são tão diferentes quanto o de outras épocas, pois em cada tempo vivido sempre houve resistência e conflitos. No entanto, a luta continua e o Ensino Religioso tem procurado encontrar o seu papel no mundo, exercendo de forma plena a cidadania, direitos e deveres a fim de proporcionar ao homem um futuro mais feliz e o lúdico pode ser um novo portal de possibilidades pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAZ, Mirtes França, SENA, Clério Cezar Batista, MACEDO, Joicy Midiã Figueiredo e SOARES, Matheus, *A Relação entre o Aprender e o Brincar: Uma Perspectiva Psicopedagógica*, Disponível em: <http://www.abpp.com.br/a-relacao-entre-o-aprender-e-o-brincar-uma-perspectiva-psicopedagogica>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BOMTEMPO, Edda, ANTUNHA, Elsa Gonçalves; OLIVEIRA, Vera Barros de. *Brincando na escola, no hospital, na rua...* Rio de Janeiro: Wake Editora, 2006.

BRIGHENTI, Agenor et al, “*Revista Pistis & Praxis Teologia e Pastoral*”, vol. 2, No. 2, Curitiba, Br, Champagnat Editora – PUCPR, 2009.

CARNEIRO, Roberta Pizzio. *Reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem na perspectiva freireana e biocêntrica*. Revista Thema, v. 09, n. 02, 2012.

CARON, Lurdes, *O Ensino Religioso na Nova LDB*, Petrópolis: Vozes, 1999.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. 2.ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOLMES, Maria José Torres. *Ensino Religioso: problemas e desafios*. Monografia (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso na perspectiva da escola: uma identidade pedagógica*. Revista Interações – Cultura e Comunidade, v. 4, n. 5, p. 245 – 256, 2009.

_____, *Diálogo – Revista do Ensino Religioso*, no. 45, Fevereiro/2007, SP: Editora Paulinas.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves e SIMIONATO, Margareth Fadanelli (orgs.), *Formação de professores – Abordagens contemporâneas*, São Paulo: Paulinas, 2011.

- LOPES, M.G. *Jogos na educação: criar, fazer, jogar*. 4ª Ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- MACEDO, L. de (em co-autoria com PETTY, A.- L. S. & PASSOS, N. C.). *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), *Lei no. 5.692/71*, Brasília, DF.
- LIBÂNEO, José Carlos, *Democratização da escola pública: A Pedagogia crítico social dos conteúdos*, 14ª. ed., São Paulo: Loyola, 1996.
- NASSER, Maria Celina Cabrera. *O uso dos símbolos – Sugestões para a sala de aula*. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.
- NEVES, Lisandra Olinda Roberto. *O lúdico nas interfaces das relações educativas*. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/ludicoint.htm>. Acesso no dia 20 de dezembro de 2014.
- OLIVEIRA, Angelita Correa. “Ensino Religioso na Educação Básica: desafios e perspectivas”. *Revista da Graduação*, v. 5, n. 1. 2012.
- OLIVEIRA, Vera Barros de. *Rituais e brincadeiras*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PASSOS, J. D. *Ensino Religioso – construção de uma proposta*. SP: Paulinas, 2007.
- PÉREZ-RAMOS, Aidyl M. de Queirós; OLIVEIRA, Vera Barros de. *Brincar é saúde: O lúdico como estratégia preventiva*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PIAGET, Jean, *Psicologia e Pedagogia*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- RIBEIRO, Sabrina Luiza. *Processo ensino-aprendizagem: do conceito à análise do atual processo*. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/37.htm#>>. Acesso em: 05 fev. 2015.
- SCUSSEL, M. A. *Religiosidade humana e fazer educativo*. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.
- STIGAR, Robson. Ensino Religioso: construção de uma proposta. *Revista Pistis Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 545-549, jul/dez., 2010.

TRISTÃO, Marly Bernardino. *O lúdico na prática docente*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VASCONCELLOS, Pedro Lima, *Fundamentalismos, Matrizes, Presenças e Inquietações*, São Paulo: Paulinas, 2008.

ZIMMERMANN, Roque. *Ensino Religioso, uma grande mudança*. Brasília, Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.